Joana Colussi INTERINA
joana.colussi@zerohora.com.br

PESQUISADORES DO PAÍS UNIDOS PELA FEPAGRO

Pesquisadores da Embrapa e de institutos estaduais de pesquisa agropecuária somaram-se à mobilização para tentar evitar a extinção da Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (Fepagro) – prevista no pacote do governo encaminhado à Assembleia Legislativa. Em ato ontem na Praça da Matriz, em Porto Alegre, ressaltaram a contribuição dada pela pesquisa agropecuária – especialmente para Estados com vocação no agronegócio.

– Hoje 19 Estados brasileiros têm fundações ou empresas estaduais voltadas à pesquisa e inovação no campo – destaca Florindo Dalberto, presidente do Conselho Nacional das Entidades Estaduais de Pesquisa Agropecuária (Consepa).

Além da importância do trabalho de pesquisa a campo e laboratorial, o argumento é de que a extinção da fundação representará uma falsa economia, já que dos R$ 20,2 milhões de despesas anuais, R$ 16,4 milhões são de gastos com pessoal (que não serão reduzidos por serem estatutários) e R$ 3,8 milhões são custos operacionais.

– Sendo que a fundação gerou uma receita direta de R$ 5,7 milhões com a venda de resíduos de pesquisa e prestação de serviços em 2015 – compara Carlos Oliveira, pesquisador da Fepagro.

Os pesquisadores destacam também os recursos obtidos por meio de convênios com agências de fomento à pesquisa, de R$ 25,5 milhões.

– Se a extinção for confirmada, esses recursos terão de ser devolvidos – alerta Oliveira.

A possível descontinuidade da Fepagro preocupa também a Embrapa, que desenvolve projetos em conjunto com fundação estadual.

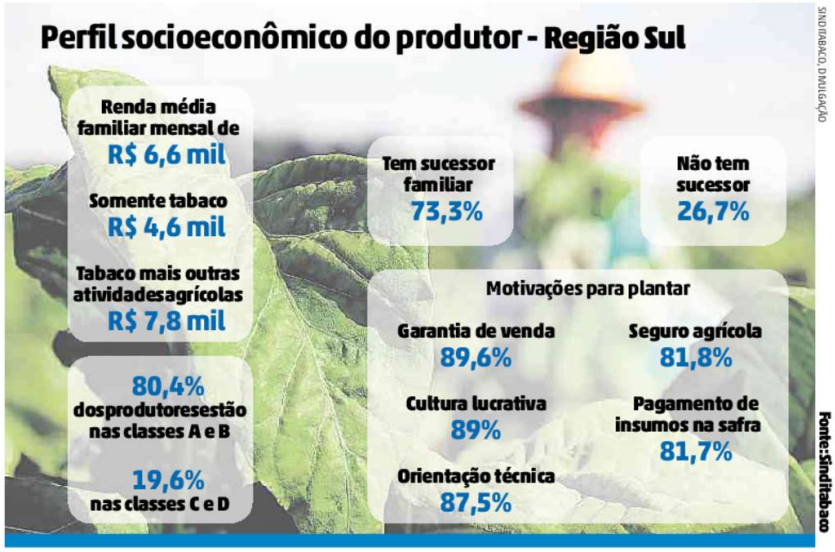
– Temos 30 trabalhos em andamento. O risco é de enfraquecimento do sistema de pesquisa – teme Alexandre Costa Varella, chefe-geral da Embrapa Pecuária Sul, de Bagé.

O Rio Grande do Sul já é um dos Estados que menos investe no setor. O orçamento destinado à pesquisa agropecuária em Santa Catarina e no Paraná é de R$ 120 milhões cada, cinco vezes maior.

– A pesquisa é um ativo imaterial. Não é algo que se faz com contratações pontuais de serviços. É um trabalho contínuo e aplicado às necessidades específicas regionais – destaca Luiz Antonio Palladini, um dos diretores da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina.

NO RADAR

CREDORES da indústria e cerealista Giovelli, em recuperação judicial há um ano, pediram a suspensão da assembleia realizada ontem, em Guarani das Missões. Segundo Genil Andreatta, administrador judicial, mais de mil produtores, grande parte pequenos, têm créditos a receber. Nova assembleia foi marcada para 14 de março.



DINHEIRO NO BOLSO

Com renda bruta mensal média de R$ 6,6 mil, cerca de 80% das famílias de produtores de tabaco da Região Sul enquadram-se nas classes sociais A e B – enquanto a média geral brasileira não chega a 22%. Quando a produção agrícola é diversificada, a renda média sobe para R$ 7,83 mil. O perfil socioeconômico dos produtores de fumo foi traçado em pesquisa realizada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

O estudo, realizado entre agosto e setembro deste ano, abrangeu 94% das regiões produtoras nos três Estados, com amostra de 1.145 casos.

– A pesquisa mostra um bom acesso a itens relacionados às condições de conforto, higiene e saúde, respaldado por um bom nível de renda dos produtores – destaca o coordenador da pesquisa, Luiz Antonio Slongo, professor do Centro de Estudos e Pesquisas em Administração da UFRGS.

O estudo mostra, também, que os produtores estão satisfeitos na atividade.

– Essa radiografia desfaz mitos e mostra as reais condições de vida dos produtores – destaca Iro Schünke, presidente do Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (Sinditabaco).

Apesar de positivos também, os indicadores referentes ao Rio Grande do Sul são inferiores aos de Santa Catarina e Paraná.

– A diversificação tem receita maior do que aqui – reconhece Marco Dornelles, vice-presidente da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra).

Colaborou Bruna Karpinski

FLORESTAS GANHAM MARCO LEGAL

Aguardado pelo setor florestal, o projeto de lei que institui um novo marco legal para as florestas plantadas no Estado foi aprovado ontem, por 31 votos a favor e 15 contrários, pela Assembleia Legislativa. Marcada por tumulto nas galerias do plenário, a votação também aprovou emenda do governo com modificações, como a previsão de revisão da lei estadual sempre que houver alteração da legislação federal.

A proposta, que torna mais claras as regras para o licenciamento ambiental da silvicultura no Estado, era discutida por representantes do setor há mais de oito anos.

A SEGUNDA ETAPA DA VACINA CONTRA A FEBRE AFTOSA NO ESTADO TERMINA HOJE. DEVEM SER IMUNIZADOS ANIMAIS COM ATÉ DOIS ANOS DE IDADE. A VACINAÇÃO DEVE SER COMPROVADA ÀS INSPETORIAS VETERINÁRIAS ATÉ O DIA 7 DE DEZEMBRO, SOB PENA DE MULTA EM CASO DE NÃO CUMPRIMENTO.